

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	10
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	40
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gestão de Riscos da CESP foi submetida à aprovação do Conselho de Administração na 622ª Reunião Ordinária de 07.06.2011, por proposta da Resolução de Diretoria nº 2511/05/1495ª e no Relatório à Diretoria P/008/2011, ambos de 27.05.2011, tendo sido aprovada por unanimidade.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A política de gestão de riscos da CESP estabelece o processo, métodos e critérios para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle ou de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia.

A Matriz de Riscos Estratégicos da Companhia foi revisada com apoio das Diretorias e dos Gestores de Riscos Descentralizados, sendo submetida à avaliação do Comitê de Riscos e posteriormente à apreciação do Conselho de Administração na 692ª Reunião Ordinária de 10.05.2016.

i. riscos para os quais se busca proteção

RISCO HIDROLÓGICO

A usina hidrelétrica Porto Primavera localiza-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo, operando a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais.

As usinas Jaguari e Paraibuna estão situadas na bacia do rio Paraíba do Sul, que possui importância estratégica quanto à geração de energia elétrica, abastecimento de água e regularização de vazões ao longo do seu percurso.

A usina da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situa-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua jusante.

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes.

RISCO LEGAL

A Companhia realiza a avaliação do prognóstico de perda relacionada às causas judiciais em aberto nas quais está envolvida. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável.

RISCO AMBIENTAL

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados.

ii. Instrumentos utilizados para proteção**RISCO HIDROLÓGICO**

Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o setor elétrico brasileiro dispõe.

Devido ao agravamento da situação hidrológica que atingiu grande parte dos agentes de geração, a ANEEL realizou audiência pública em 2015, que resultou numa proposta de repactuação do risco hidrológico nos ambientes de comercialização regulado e livre. Em janeiro de 2016, a CESP aderiu ao acordo de repactuação desse risco, instituído pela Lei nº 13.203, de 08/12/2015, regulamentado pela Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, transferindo para o consumidor os efeitos decorrentes do risco hidrológico no montante de 350 MW médios de sua garantia física, contratados no ambiente regulado para o ano de 2016, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A repactuação contempla toda energia contratada no ambiente regulado durante o período de concessão, que a partir de janeiro de 2017 era de 230 MW médios.

Da mesma forma, em 2016, as condições hidrológicas desfavoráveis fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE fossem despachadas de modo a gerar abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando na aplicação do denominado GSF – Generation Scaling Factor. Com isso, os geradores do MRE arcaram com o déficit entre geração e garantia física, o qual é valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

RISCO LEGAL

A CESP mantém um Departamento Jurídico para representar e defender os interesses da Companhia nos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Contrata também, eventualmente, escritórios especializados para tratar das causas de maiores valores.

RISCO AMBIENTAL

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

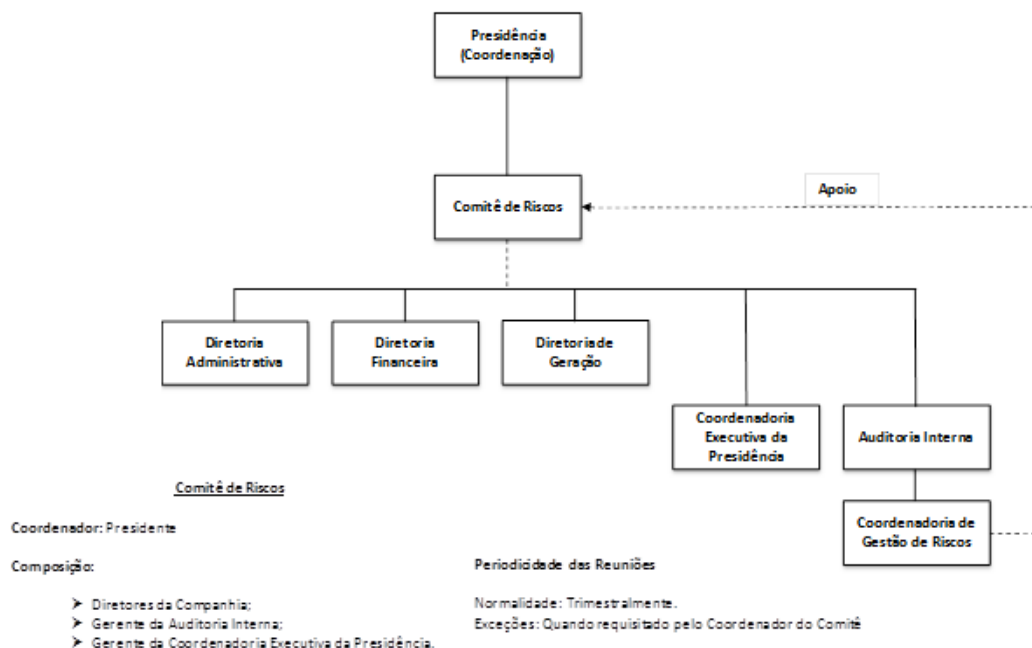
Em dezembro de 2015, foi concluída a implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA na UHE Porto Primavera. O SGA é um conjunto de procedimentos com ênfase na sustentabilidade e foco na adoção de práticas que buscam reduzir o impacto ambiental das atividades da Companhia. O SGA da usina Porto Primavera está sendo readequado, e os das usinas Paraibuna e Jaguari estão em implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia implantou estrutura para gerenciamento de riscos corporativos, baseada nos princípios COSO II - Enterprise Risk Management Integrated Framework (ERM), padrão internacional sobre gestão de riscos.

A Política de Gestão de Riscos da CESP estabelece diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle ou de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia.



Estrutura Organizacional da Gestão de Riscos na CESP

Fazem parte da estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

- Comitê de Riscos - Composto pelo Presidente e Diretores, Gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna. É competência do Comitê de Riscos definir as diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e avaliação dos controles, para o acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, assim como direcionar as atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.
- Coordenadoria de Gestão de Riscos - CGR – Tem a responsabilidade acompanhar as ações dos Gestores de Riscos Descentralizados na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Deve ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitigam os riscos mapeados, e assessorar a Presidência, o Comitê de Riscos e demais *stakeholders* em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.
- Gestores de Riscos Descentralizados – GRDs – São os representantes indicados pelas Diretorias, designados para auxiliar os Gerentes das diversas áreas da Companhia na identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades. Compete ainda aos GRDs posicionarem periodicamente a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Coordenadoria de Gestão de Riscos e a sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes à responsabilidade de sua atuação.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A CESP atende às melhores práticas de Sistema de Controles Internos, tais como: Ambientes e Atividades de Controle, Avaliação de Riscos, Informação, Comunicação e Monitoramento.

O Sistema de Controles Internos da CESP é composto pelo conjunto de políticas, normas e procedimentos e atividades estabelecidas na Companhia, com o propósito de reduzir a possibilidade de perdas financeiras, desgaste da imagem institucional, aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor, a fim de garantir que os objetivos sejam atingidos.

Inseridos no Sistema de Controles Internos da Companhia, destacam-se as Políticas Corporativas, Normas e Procedimentos, Manual de Delegação de Autoridade – MDA, Código de Ética e de Conduta Empresarial, Sistemas Informatizados, órgão de Auditoria Interna, além da Gestão de Riscos, entre outras práticas e processos de controle.

Com base na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, foi apresentado ao Conselho de Administração da CESP em 18.10.2016, o conjunto de itens já atendidos pela CESP de acordo com a Lei 13.303/2016, como a Política de Divulgação de Informações, a Política de Distribuição de Dividendos, os Relatórios anuais de Sustentabilidade (modelo GRI) e Relatório de Responsabilidade Sócio Ambiental e Econômico Financeiro (modelo ANEEL), o Código de Ética e de Conduta Empresarial, o modelo de gestão de riscos, bem como a existência de Conselho Fiscal permanente. Outros itens que requerem providências deverão ser implementados no transcurso de 2017.

Para atendimento ao artigo 23, parágrafo 1º, inciso II da Lei 13.303/2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08.11.2016, a Estratégia de Longo Prazo da Companhia.

Na Reunião Ordinária de 24.01.2017, foi apresentado ao Conselho de Administração um cronograma de atividades para cumprimento das obrigações emanadas do Decreto Estadual nº 62.349/2016, que regulamentou a Lei Federal nº 13.303/2016.

Em consonância com as boas práticas de governança corporativa, em 2015 a CESP revisou o Código de Ética e de Conduta Empresarial da Companhia e, entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto Estadual nº 60.106, de 29/01/2014, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e internacional.

Em 2016 a CESP promoveu o Treinamento *On-Line* de seu Código de Ética e de Conduta Empresarial com o objetivo de reciclar conhecimentos e fortalecer a conscientização de seus profissionais quanto aos princípios e valores que regem as relações na Empresa.

O Código está disponível na intranet (*Netcesp*) e no *website* da CESP: (<http://www.cesp.com.br>). Ao acessá-lo já é disponibilizado link para, se for o caso, ser efetuado o registro da representação. Também há o e-mail codigo.eticaeconduta@cesp.com.br, para que os interessados possam fazer representações.

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu *website* um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão sobre a Companhia. Atua como instância

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

Em 2016, a Ouvidoria da CESP registrou 62 manifestações. Entre os principais temas destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos, patrimônio e meio ambiente, bem como reclamações referentes às empresas de distribuição de energia elétrica, atividade que não faz parte do negócio da CESP desde 1998. Foram registradas também denúncias de cidadãos alertando a Empresa, por meio da Ouvidoria, em relação a invasões ou intervenções em áreas de bordas de reservatórios.

Atendendo a dispositivo do Governo do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamentou a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011), a CESP integrou-se ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), por meio do qual a Empresa dá acesso a informações solicitadas por cidadãos e entidades, reforçando boas práticas de governança e transparência. O acesso ao sistema é feito por meio do *site* www.sic.sp.gov.br.

Em 2016, a Companhia registrou 33 demandas, recebidas e atendidas por meio do Sistema SIC, que apresenta várias formas de acesso do cidadão à informação, incluindo a forma presencial, com atendimento em uma sala exclusiva para esse serviço.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Política de Gestão de Riscos da CESP foi submetida à aprovação do Conselho de Administração na 622ª Reunião Ordinária de 07.06.2011, por proposta da Resolução de Diretoria nº 2511/05/1495ª e no Relatório à Diretoria P/008/2011, ambos de 27.05.2011, tendo sido aprovada por unanimidade.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A política de gestão de riscos da CESP estabelece o processo, métodos e critérios para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos de mercado e respectivas ações de controle ou de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos do mercado financeiro para o qual a Companhia busca proteção: uma eventual oscilação da Taxa de Câmbio (dólar americano) cuja indexação representa 72,2% da dívida financeira ao final de 2015; oscilação da Taxa do CDI, representando 25,9% (FIDC) da dívida financeira.

Para o risco de preços a Companhia procura, através de leilões, vender sua garantia física de energia, por intermédio de contratos, para não estar sujeita às oscilações dos preços no mercado de curto prazo, liquidados a PLD (preço de liquidação de diferenças). A Companhia está totalmente contratada até 2021.

Quanto ao risco de liquidação antecipada de dívida, a Companhia tem tomado decisões de investimento privilegiando a disciplina no uso do capital, para minimizar esse tipo de risco.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para os riscos de oscilação da taxa de cambio e da taxa do CDI a Companhia não tem realizado operações de “hedge”. Entretanto, sempre que possível, antecipa moeda estrangeira para utilizar na liquidação de compromissos futuros.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia poderá vir a utilizar os instrumentos “swap” e contratos a termo para proteção das dívidas indexadas e com taxas flutuantes e contra o risco de cambio.

Não foram utilizados instrumentos financeiros para a realização de hedge nos últimos 3 exercícios sociais.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia, também através de seu Comitê de Riscos, monitora a perspectiva de oscilação das taxas de juros e cambio e leva periodicamente a discussão à Diretoria e ao Conselho de Administração para a decisão sobre a conveniência de se realizar proteção contra esses riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não foram utilizados instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) nos últimos 3 exercícios sociais.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia implantou estrutura para gerenciamento de riscos corporativos, baseado nos princípios COSO II - Enterprise Risk Management Integrated Framework (ERM), padrão internacional sobre gestão de riscos.

A Política de Gestão de Riscos da CESP estabelece diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle ou de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Fazem parte da estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

- Comitê de Riscos - Composto pelo Presidente e Diretores, Gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna. É competência do Comitê de Riscos definir as diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e avaliação dos controles, para o acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, assim como direcionar as atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.
- Coordenadoria de Gestão de Riscos - CGR – Tem a responsabilidade acompanhar as ações dos Gestores de Riscos Descentralizados na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Deve ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitigam os riscos mapeados, e assessorar a Presidência, o Comitê de Riscos e demais stakeholders em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.
- Gestores de Riscos Descentralizados – GRDs – São formados por representantes indicados pelas Diretorias designados para auxiliar os Gerentes das diversas áreas da Companhia na identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades. Compete ainda aos GRDs posicionarem periodicamente a Coordenadoria de Gestão de Riscos e a sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes à responsabilidade de sua atuação.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas responsáveis para atuar na gestão dos riscos mencionados adotam mecanismos e procedimentos de monitoramento contínuos, com base em técnicas de engenharia aplicáveis e normas e procedimentos, além de práticas reconhecidamente de mercado, que buscam mitigar os riscos e atuar na prevenção de sua materialização.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O Departamento de Contabilidade faz um levantamento das questões que ocorreram no exercício e que trarão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Como o resultado desse levantamento a contabilidade promove a atualização de uma relação de todos os assuntos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras, que atualmente conta com 63 itens. Na sequência, são realizadas reuniões com a Diretoria Financeira e assessores com o objetivo de alinhar eventuais os pontos que deverão ser tratados e que não são de conhecimento por parte da contabilidade.

É realizada uma reunião prévia do Conselho Fiscal, antes do início dos trabalhos de auditoria, com a participação da Diretoria Financeira, Contabilidade e auditoria independente, na qual são discutidos os assuntos mais relevantes a serem tratados na elaboração das demonstrações financeiras. Ainda antes do início dos trabalhos de auditoria é realizada uma reunião do Departamento de Contabilidade com o sócio e gerente da auditoria independente para alinhamento dos pontos de atenção, e o status sobre o andamento dos trabalhos de preparação das demonstrações financeiras para o início dos trabalhos de campo da auditoria independente.

Adicionalmente, a contabilidade recebe da auditoria independente, relatório contendo as solicitações de documentos e informações necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, que são distribuídas para as respectivas áreas de atuação, com a antecedência requerida para a obtenção dos dados.

Tais controles estão apresentando eficiência, pois a Companhia tem elaborado as demonstrações financeiras, discutido com a auditoria independente e realizados os trabalhos conforme cronograma previamente definido.

Eventuais imperfeições nos controles, quando ocorrem, geralmente estão associadas a algum tema novo que pode demandar um tempo maior para sua assimilação e que são corrigidas em um esforço concentrado entre a contabilidade, a auditoria independente, bem como a área relacionada ao tema.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras são envolvidos os departamentos de Contabilidade, Comercialização e Assuntos Regulatórios, Meio Ambiente, Jurídico, Informática, Gestão Financeira, as divisões de Gestão de Materiais, Planejamento Econômico e Orçamento e Controle, participando a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e assessores com relação ao andamento dos trabalhos.

A Companhia conta com uma estrutura de auditoria interna, subordinada ao diretor presidente, com independência de atuação em todas as áreas, processos e sistemas que avalia a adequação dos controles internos de modo abrangente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria Financeira e de Relações com investidores, na medida em que o Departamento de Contabilidade elabora a apresentação dos resultados preliminares das demonstrações financeiras, como cada evento está tratado, as informações que ainda estão pendentes de registro e /ou divulgação e o andamento dos trabalhos da auditoria independente.

Os cargos das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento são:

- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores
- Assessor da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores
- Gerente do Departamento de Contabilidade
- Gerente do Departamento de Auditoria Interna

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências significativas de controles ou fraquezas materiais ao longo da Auditoria.

Foram identificados pontos e apresentadas sugestões para aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos da Companhia, que não geraram impactos relevantes na auditoria.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Foi realizada reunião com as áreas envolvidas e elaborado plano de ação identificando responsáveis pela execução e prazo para adequação de todos os pontos abordados pela Auditoria Independente. A implementação deste plano é acompanhada diretamente pela Diretoria Financeira e comunicada pela Auditoria Interna ao Conselho Fiscal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos e nem na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há informações adicionais relevantes, referente aos Riscos e controles.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Condições financeiras

Em 2016 a CESP apresentou Lucro Líquido de R\$ 305,1 milhões, revertendo o Prejuízo de R\$ 61,4 milhões registrado no ano anterior. Este resultado se deve, entre outros motivos, à redução de despesas, principalmente (i) energia comprada e encargos setoriais (o que inclui o uso do sistema de transmissão), (ii) diminuição de despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outras, (iii) redução em provisões registradas na rubrica outras (despesas) receitas líquidas (ante provisão ativo contingente de R\$ 580,8 milhões das usinas Ilha Solteira e Jupia, em 2015); e (iv) pela valorização do real perante o dólar americano neste exercício (ante uma expressiva desvalorização do real no ano passado).

Em 2016 foram comercializados 1.030 MW médios, sendo 335 MW médios no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e 695 MW médios no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R\$ 2.045,9 milhões, uma redução de 41,8% sobre os R\$ 3.517,4 milhões auferidos no ano de 2015. Desse total, R\$ 385,3 foram receitas auferidas pela venda de energia do regime de cotas e R\$ 1.660,6 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre. Adicionalmente, registrou R\$ 6,9 milhões em outras receitas, decorrente de contratos de prestação de serviços. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1.668,6 milhões.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 911,7 milhões ajustado por provisões para riscos legais, representando redução de 47,6% quando comparado ao exercício anterior.

A produção das usinas da CESP em 2016, observando o comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, mais uma vez foi impactada pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF – “Generation Scaling Factor”, que mede a relação entre a produção efetiva das usinas hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 86,9% em 2016 (84,3% em 2015), resultando em despesas de compra de energia à Companhia. A ANEEL, por meio do Despacho nº 190/2016, anuiu à repactuação requerida pela CESP referente ao Risco Hidrológico da energia contratada no ambiente regulado da Usina Porto Primavera, mediante o pagamento de seguro. Com o encerramento da concessão das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia em 7 de julho de 2015, a CESP continuou a operá-las até 30 de junho de 2016 pelo regime de cotas.

A partir de 1º de julho, a Companhia deixou de operar as Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, na mesma data foram desligados 221 empregados lotados nessas usinas e admitidos pelo novo concessionário. Mediante acordo firmado na Justiça do Trabalho, a CESP indenizou os empregados, sendo ressarcida pelo novo concessionário de 50% das despesas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e 100% das despesas com Aviso Prévio.

A CESP encerra o exercício, em 31/12/2016, com Disponibilidades de R\$ 504 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos últimos 3 anos, com a manutenção da capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

participação de capital de terceiros, importante considerar a redução ocorrida no Patrimônio Líquido, conforme exposto ao final do item (ii - condições patrimoniais). Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2014	2015	2016
Endividamento do Ativo	0,41	0,39	0,37
Participação de Capital de Terceiros	0,7	0,64	0,59
Liquidez Corrente	1,34	1,02	0,98

Em 2015:

Em 7 de julho de 2015 ocorreu o término das concessões das duas maiores usinas hidrelétricas da CESP, Ilha Solteira e Jupiá que juntas representavam 75% da potência instalada. A Companhia passou a registrar, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupiá, a partir de 08 de julho de 2015. A CESP terá a receita pelo Regime de Cotas até 30 de junho de 2016, período da denominada “operação assistida”, quando o novo concessionário deverá assumir a operação.

A Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (Generation Scaling Factor) a uma média anual de 0,843. Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país. No caso da CESP, significou expressiva redução nos volumes de energia descontratada liquidados na CCEE, situação amenizada pela decisão da ANEEL de reduzir o teto do PLD a partir de janeiro de 2015.

Em 2015 foram comercializados 2.057 MW médios, sendo 551 MW médios no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e 1.506 MW médios no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R\$ 3.517 milhões, uma redução de 35,5% sobre os R\$ 5.455 milhões auferidos no ano de 2014. Desse total, R\$ 2.831 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre. Adicionalmente, registrou R\$ 8,8 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços e outras receitas. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 2.951 milhões.

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 688/2015 visando à repactuação do risco hidrológico, convertida na Lei nº 13.203/2015. A CESP aderiu à repactuação do risco hidrológico para a parcela de sua energia comercializada no ACR para a qual, mediante pagamento de prêmio, estará protegida de riscos hidrológicos até o ano de 2028, quando ocorrerá o final da atual concessão da UHE Porto Primavera. O efeito dessa repactuação resultou em redução de custo com compra de energia elétrica na CCEE em 2015 de R\$ 155 milhões para R\$ 52 milhões.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 1.740 milhões ajustado pela provisão Ativo Contingente referente as UHEs Ilha Solteira e Jupiá e provisões para riscos legais, representando redução de 56,7% quando comparado ao exercício anterior.

A CESP encerra o exercício, em 31/12/2015, com Disponibilidades de R\$ 549 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos últimos 3 anos, com a manutenção da capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros, importante considerar a redução ocorrida no Patrimônio Líquido, conforme exposto ao final do item (ii - condições patrimoniais). Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2013	2014	2015
Endividamento do Ativo	0,39	0,41	0,39
Participação de Capital de Terceiros	0,63	0,7	0,64
Liquidez Corrente	1,18	1,34	1,02

Em 2014:

Em 2014, a CESP vendeu, em contratos, 80,4% da energia disponível para comercialização e que está autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; o restante foi liquidado na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Em função da crise hídrica na região sudeste/centro-oeste, causada pelas baixas precipitações pluviométricas verificada nos últimos anos, bem como baixo nível dos reservatórios, a CESP em 2014 produziu 13% de energia abaixo da sua garantia física, adquirindo energia no MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, ao preço da Tarifa de Energia de Otimização – TEO.

O faturamento com venda de energia em 2014 foi de R\$ 5.455 milhões, 24% acima do faturamento de 2013, sendo (i) R\$ 3.714 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulado e livre; (ii) R\$ 1.670 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e (iii) R\$ 71 milhões pela operação e manutenção da UHE Três Irmãos sob o regime de cotas de garantia física. Adicionalmente, há R\$ 7,5 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços e R\$ 1,1 milhões de outras receitas. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 4.856 milhões.

Este faturamento, contraposto aos custos e despesas, propiciou EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 1.657 milhões. A Companhia, para efeito comparativo, calcula o EBITDA Ajustado, considerando os valores provisionados referentes à Provisão da Redução ao Valor Recuperável das UHE's Ilha Solteira e Jupiá. A geração de caixa, sob esse conceito, foi de R\$ 4.017 milhões, 31,2% acima do ano de 2013.

A CESP encerra o exercício, em 31/12/2014, com Disponibilidades de R\$ 2.428 milhões, portanto em condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP evoluíram positivamente nos últimos 3 anos, com maior capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros, apesar da redução ocorrida no Patrimônio Líquido, conforme exposto ao final do item (ii - condições patrimoniais). Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2012	2013	2014
Endividamento do Ativo	0,42	0,39	0,41
Participação de Capital de Terceiros	0,71	0,63	0,7
Liquidez Corrente	0,6	1,18	1,34

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Condições patrimoniais

Até 7 de julho de 2015 a CESP detinha as concessões das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia, com 3.698,5 megawatts médios de energia comercializável. Com o vencimento destas concessões, a Companhia encerra o ano de 2016 com um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera – 1.540 megawatts – MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.654,62 MW de capacidade instalada. A Portaria SPE/MME nº 258, de 21 de dezembro de 2016, alterou a garantia física da usina de Porto Primavera de 1.017 MW médios para 992,6 MW médios. Portanto a energia própria que a CESP vinha comercializando desde 08 de julho de 2015 que representa 1.081 MW médios, passou para 1.056,6 MW médios de garantia física.

Parque Gerador

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
Porto Primavera	2003	14	10,2	2.250,0	1.540	992,6*
Paraibuna	1978	2	0,5	177,0	87	50,0
Jaguari	1972	2	1,0	56,0	27,6	14,0
Total	-	18	11,7	2.483,0	1.654,60	1.056,60

*Redução conforme Portaria MME nº 258, de 21 de dezembro de 2016

O Imobilizado representava 61,1% do Ativo da Companhia, em 31/12/2016.

O Imobilizado representava 60,6% do Ativo da Companhia, em 31/12/2015.

O Imobilizado representava 57,9% do Ativo da Companhia, em 31/12/2014.

Usinas Ilha Solteira e Jupia

Em 07 de julho ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupia ao Poder Concedente e o término da sua exploração econômica pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão. A partir dessa data a Companhia passou a auferir receitas, temporariamente, pelo regime de cotas, até a assunção do novo operador e durante o período de operação assistida, que se encerrará em 30 de junho de 2016.

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
Ilha Solteira	1978	20	5,6	1.195,0	3.444,0	1.731,50
Jupia	1974	14	5,5	330,0	1.551,2	886
Total	-	34	11,1	1.525,0	4.995,2	2.617,50

Em 01 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, que definiu o valor aproximado de R\$ 2 milhões como indenização para a UHE Ilha Solteira, referenciados a preços de junho de 2015. Em 9 de outubro de 2015, a CESP ajuizou ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado desses ativos de R\$ 1.561 milhões. A Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução Aneel nº 596/2013, a Companhia constituiu provisão para desvalorização das duas usinas (Ativo Contingente), no valor de R\$ 580 milhões ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2014, tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorreria o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia está apurando os valores que poderão ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhece detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não recebeu resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (deemed cost ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está mantendo na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais".

Usina Três Irmãos

Durante 2014, a CESP operou a Usina Três Irmãos no regime de cotas até o dia 10 de outubro, quando se iniciou a concessão para o novo operador daquela usina, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A que, a partir dessa data, assumiu a responsabilidade pela sua operação.

Com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço:

Usina Hidrelétrica	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
Três Irmãos	1999	5	3,6	785	811,45 ⁽¹⁾	217,5 ⁽²⁾

(1) Capacidade Instalada Homologada no Despacho ANEEL nº 2.762 de 04/09/2012.

(2) Garantia Física definida na Portaria I nº 32, de 05/03/2013, do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", que será utilizado para confrontar com o valor da indenização de R\$ 1.717.362 definido pelo Poder Concedente.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foi discutido detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e, de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso).

A Usina Três Irmãos teve seu primeiro período de concessão encerrado em novembro de 2011 e apesar de ter feito várias solicitações de renovação, a CESP não teve seu pleito respondido pelo Poder Concedente, e a Usina foi incluída na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Essa MP ofereceu a renovação da concessão por mais 30 anos, em condições econômicas que não foram aceitas pelos acionistas da CESP, reunidos em Assembleia em 03.12.2012.

Demonstração do Patrimônio Líquido**R\$ mil**

Descrição	2014	2015	2016
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de Avaliação patrimonial	(970.052)	(1.044.780)	(1.018.677)
Outros resultados abrangentes	(137.792)	(177.642)	(337.258)
Reservas de lucros	656.738	628.783	612.941
Dividendos Adicionais Propostos	1.175.652	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.629.077	7.310.892	7.161.537
Lucro/(Prejuízo) do exercício	560.139	(61.357)	305.095

Descrição	2014	2015	2016
Imobilizado	8.494.806	7.260.107	6.979.724
Ativo Total	14.687.886	11.986.763	11.416.449
Imobilizado / Ativo total	57,80%	60,60%	61,10%

Em 2016 a elevação na relação Imobilizado / Ativo Total em relação a 2015 deu-se em virtude da redução das disponibilidades pelo pagamento de juros sobre capital próprio ao final do exercício de 2016, bem como pela redução do saldo em valores a receber de energia elétrica, decorrente do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, em 30/06/2015 e fim da operação assistida no 2º semestre de 2016.

Em 2015 a elevação na relação Imobilizado / Ativo Total em relação a 2014 deu-se em virtude da redução das Disponibilidades com o pagamento dos dividendos de 2014 durante o exercício. A redução em 2014 em relação a 2013, ocorreu em função dos valores provisionados referentes à Provisão para Redução ao Valor Recuperável das UHE's Ilha Solteira e Jupia, sendo que em 2013 houve a reversão para o poder concedente da UHE Três Irmãos, sendo seu valor reclassificado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão no Ativo não Circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. estrutura de capital, possibilidade de resgate de ações ou quotas, hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor

i. Estrutura de capital

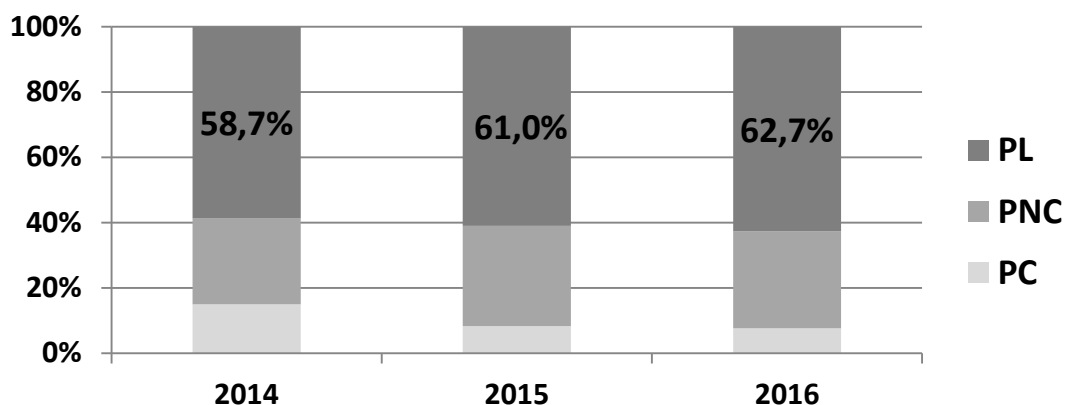
Em 2016, a CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 20,1% de obrigações de curto prazo e 79,9% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento.

A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos e FIDC atingiu R\$ 651 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 540 milhões (45,4%), estando agora representada por 28,7% em moeda nacional e 71,3% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 504 milhões, representando cerca de 77% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2014	2015	2016
Empréstimos + Financ. + FIDC	2.314.406	1.192.031	651.545
Caixa e equivalente de Caixa	(2.427.852)	(548.553)	(504.029)
Dívida Líquida	(113.446)	643.478	147.516
Patrimônio Líquido	8.629.077	7.310.892	7.161.537
Índice de Endividamento Líquido	-1,30%	8,80%	2,10%

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual entre Patrimônio Líquido (PL) e capital de terceiros (PC + PNC), sendo que a CESP tem demonstrado um PL maior do que o total de capital de terceiros.



O capital social integralizado da Companhia em 2016 é composto de 327.502.673 ações, equivalentes a R\$ 5.975.433.454,43, e está dividido em 109.167.751 ações ordinárias (33,33%), 7.399.122 (2,26%) ações preferenciais classe A e 210.935.800 (64,40%) ações preferenciais classe B. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo autorizado de R\$ 17.926.300.363,29, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Moody's Investors Service em Fevereiro de 2016 rebaixou o "rating" de crédito da CESP de Baa3 para Ba2 com perspectiva negativa, em função do rebaixamento dos "ratings" do Brasil e Estado de São Paulo de Baa3 para Ba2, ambos com perspectiva negativa. Em junho de 2016 os "ratings" BB na escala global e brAA- na escala nacional foram reafirmados pela S&P Global Ratings.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015

O capital social integralizado da Companhia em 2015 era composto de 327.502.673 ações, equivalentes a R\$ 5.975.433.454,43, e estava dividido em 109.167.751 ações ordinárias (33,33%), 7.441.008 (2,32%) ações preferenciais classe A e 210.893.914 (64,35%) ações preferenciais classe B. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderia ser aumentado até o limite máximo autorizado de R\$ 17.926.300.363,29, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Standard & Poor's em dezembro de 2015, espelhando o movimento dos "ratings" do governo soberano do Brasil e do Estado de São Paulo, rebaixou os "ratings" da CESP de 'BBB-' para 'BB+' na escala global e de 'brAAA' para 'brAA+' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva negativa.

Em 2014

Em 2014, a CESP possuía uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 36,4% de obrigações de curto prazo e 63,6% de longo prazo, apresentando uma redução periódica do seu endividamento.

A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos e FIDC atingiu R\$ 2.314 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 233 milhões (9,1%), estando representada por 74% em moeda nacional e 26% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 2.428 milhões, superior em R\$ 113 milhões ao montante da dívida financeira.

Em 14 de fevereiro de 2014 a Moody's Investors Service elevou o "rating" de crédito da CESP de Ba1 para Baa3, colocando-a em grau de investimento. Rating mantido pela agência em 19 de fevereiro de 2015.

Em 13 de maio de 2014 a Standard & Poor's elevou o rating na escala global para BBB- e para brAAA na escala nacional, também em grau de investimento.

O capital social integralizado da Companhia em 2014 era composto de 327.502.673 ações, equivalentes a R\$ 5.975.433.454,43, e estava dividido em 109.167.620 ações ordinárias (33,33%), 7.610.953 (2,32%) ações preferenciais classe A e 210.724.100 (64,35%) ações preferenciais classe B. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderia ser aumentado até o limite máximo autorizado de R\$ 17.926.300.363,29, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

ii. Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

iii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Determinações legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem baixo custo operacional e vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método "EBITDA Ajustado" que atingiu, em 2016, R\$ 911,7 milhões, nível suficiente para fazer

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2017.

A dívida financeira ficou em R\$ 651 milhões, em 31.12.2016, inferior a posição de 2015 que era de R\$ 1.192 milhões, decorrente principalmente das amortizações e da desvalorização do dólar de 16,5% durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira. Em 2016, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,58. Em 2015, o índice de liquidez corrente era de R\$ 1,02 e o índice de liquidez geral de R\$ 0,59.

Obrigações Financeiras:

Descrição	Valores em R\$ mil		
	2014	2015	2016
Curto Prazo	1.440.423	444.354	269.968
Longo Prazo	873.983	747.677	381.577
DÍVIDA BRUTA	2.314.406	1.192.031	651.545
(-) Disponibilidades e Depósitos Vinculados	(2.427.852)	(548.553)	(504.029)
DÍVIDA LÍQUIDA	(113.446)	643.478	147.516

Em 2015

A Companhia possuía baixo custo operacional e apresentava consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu, em 2015, R\$ 1.739,6 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2016.

A dívida financeira ficou em R\$ 1.192 milhões, em 31.12.2015, inferior a posição de 2014 que era de R\$ 2.314 milhões, decorrente principalmente das amortizações no ano, em especial a liquidação do Bônus Série 8, última série do Programa de “Medium Term Notes”. Em 2015, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 1,02 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,59. Em 2014, o índice de liquidez corrente era de R\$ 1,34 e o índice de liquidez geral de R\$ 0,75.

Em 2014

Em 2014 a Companhia já possuía baixo custo operacional e apresentava consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu R\$ 4.017 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2015.

A dívida financeira ficou em R\$ 2.314 milhões, em 31.12.2014, inferior a posição de 2013 que era de R\$ 2.547 milhões, decorrente principalmente das amortizações no ano. Em 2014, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 1,34 o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,75. Em 2013, o índice de liquidez corrente era de R\$ 1,18 e o índice de liquidez geral era de R\$ 0,41.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados em (f) a seguir, já se utilizou de programas de Debêntures Simples, Não Conversíveis, tendo emitido 10 séries desses títulos, todas já quitadas. De

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

forma pioneira, também lançou (i) programa de CTEE's - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas; (ii) 4 emissões de Fundo de investimento de Direito Creditórios, lastreados em recebíveis de contratos de venda de energia, sendo 3 já quitadas.

No mercado internacional foram emitidas 8 séries do Programa de Notas de Médio Prazo (Medium Term Notes MTN) iniciado em 2001, última série em vigor (8ª), foi totalmente liquidada em 15/01/2015.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia obteve uma redução do seu Endividamento, após a liquidação dos títulos de MTN's em 15/01/2015 e, no momento, não projeta necessidade de financiamento de suas operações mediante capital de terceiros.

Numa eventual necessidade de recursos para capital de giro a Companhia poderá acessar o mercado financeiro e adotar a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos, prazos e disponibilidades. Para investimento poderão ser utilizadas fontes de recursos compatíveis com condições e as taxas de retorno de cada projeto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimos relevantes**

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31/12/2014, 2015 e 2016, ajustados em decorrência da adoção do IFRS, cujas operações relevantes são os FIDCs, Notas de Médio Prazo, dívidas com o BNDES (Plano Brady) e dívidas com a Eletrobrás:

Dívida Financeira:

Valores em R\$ mil			
Descrição	2014	2015	2016
MOEDA ESTRANGEIRA	712.029	862.495	553.333
Instituições Financeiras	-	-	-
BNDES	710.737	860.878	552.196
Outras Instituições	1.292	1.617	1.137
MOEDA NACIONAL	1.602.377	329.536	98.212
Instituições Financeiras	39.460	-	-
Notas de Médio Prazo	978.205	-	-
ELETROBRÁS	25.370	20.214	15.061
FIDC II, III e IV	559.342	309.322	83.151
TOTAL	2.314.406	1.192.031	651.545

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre as dívidas. Em eventual concurso universal de credores será aplicado a legislação vigente.

No contrato do FIDC existem Eventos de Avaliação que podem resultar em Evento de Liquidação, conforme descrito no item seguinte.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo suas restrições.

As Notas de Médio Prazo (série 8), liquidadas em 15/01/2015, possuíam algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros, impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros (Índice de Alavancagem e Índice de Cobertura de Juros). No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deveria resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia cumpriu os índices exigidos que eram calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

Com o vencimento das Notas de Médio Prazo, não há mais cláusulas restritivas impostas ao emissor, a partir de 15/01/2015.

	Índice de Cobertura de Juros	Índice de Alavancagem
Condição a ser atendida	Mínimo: 2,0000%	Máximo: 50,00%
31.12.2013	12,95%	7,79%
31.12.2014	24,27%	6,65%

Na estruturação do FIDC CESP IV houve previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

As ocorrências consideradas Eventos de Avaliação e os Eventos de Liquidação estão descritos no prospecto da operação, Item 7 – A Estrutura da Operação, que pode ser consultado no site da CESP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.**

Não há.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2016 e respectivas variações:

(Valores em milhares de Reais)			
	2016	2015	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.668.590	2.950.982	-43,5%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica.....	(395.989)	(824.669)	-52,0%
Custo com operação.....	(389.051)	(595.938)	-34,7%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	883.550	1.530.375	-42,3%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(196.175)	(214.657)	-8,6%
Outras despesas operacionais.....	(314.581)	(232.305)	35,4%
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(90.566)	(633.912)	-85,7%
	(601.322)	(1.080.874)	-44,4%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	282.228	449.501	-37,2%
Receitas financeiras.....	101.147	165.008	-38,7%
Despesas financeiras.....	34.056	(523.701)	-106,5%
RESULTADO FINANCEIRO	135.203	(358.693)	-137,7%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ...	417.431	90.808	359,7%
Imposto de renda - corrente.....	(28.864)	(206.325)	-86,0%
Contribuição social - corrente.....	(13.576)	(80.585)	-83,2%
Imposto de renda diferido (ativo).....	(8.765)	(8.723)	0,5%
Contribuição social diferida (ativo).....	(4.004)	(2.450)	63,4%
Imposto de renda diferido (passivo).....	(42.005)	107.293	-139,1%
Contribuição social diferida (passivo).....	(15.122)	38.625	-139,2%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(112.336)	(152.165)	-26,2%
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	305.095	(61.357)	-
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,93	(0,19)	

Em 2016 a CESP apresentou Lucro Líquido de R\$ 305,1 milhões, revertendo o Prejuízo de R\$ 61,4 milhões registrado no ano anterior. Este resultado se deve, entre outros motivos, à redução de despesas, principalmente (i) energia comprada e encargos setoriais (o que inclui o uso do sistema de transmissão), (ii) diminuição de despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outras, (iii) redução em provisões registradas na rubrica outras (despesas) receitas líquidas (ante provisão ativo contingente de R\$ 580,8 milhões das usinas Ilha Solteira e Jupia, em 2015); e (iv) pela valorização do real perante o dólar americano neste exercício (ante uma expressiva desvalorização do real no ano passado).

Em 07 de julho de 2015 ocorreu o término da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia. A partir daquela data a Companhia enfrentou sensível redução de receitas, pois deixou de contar com a energia destas usinas pelo Regime de Preços. Passou a registrar, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita das demais usinas, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupia, situação que perdurou de 08 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, período da denominada “operação assistida”

Em 2016, as receitas operacionais líquidas alcançaram R\$ 1.668 milhões, com redução de 43,5% em relação a 2015, resultado decorrente, principalmente: (i) do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, que foram operadas até julho de 2015 no regime de preços e posteriormente (até junho de 2016) no regime de cotas; (ii) efeitos do GSF ;(iii) término de contratos nos mercados livre e regulado.

O Custo com Operação reduziu-se em 34,7%, principalmente em função da: (i) diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia (apropriada até junho de 2015); (ii) redução de despesas com a transferência do pessoal de Ilha Solteira e Jupia para o novo operador); (iii) redução nas rubricas de Materiais e Serviços de Terceiros.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram-se em 9,1% e as Outras Despesas Operacionais aumentaram 35,9% pelo maior registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ações cíveis

A linha Outras (Despesas) Receitas Líquidas reduziu-se 86,4% em relação a 2015, que incluía Provisão não recorrente de Ativo Contingente no valor de R\$ 580,8 milhões, referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia. Assim em 2016, o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 282,2 milhões, 37,2% abaixo do resultado de 2015.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 135,2 milhões positivos (R\$ 358,7 milhões negativos em 2015). As Receitas Financeiras tiveram redução de 38,7% e alcançaram R\$ 101,1 milhões, principalmente, pela diminuição em rendimentos de aplicações financeiras pela redução das disponibilidades e aplicações. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 51,3%, totalizando R\$ 74,6 milhões, refletindo a redução do endividamento em moeda nacional, assim como as Variações Monetárias líquidas, que encerraram o exercício em R\$ 24,7 milhões (decréscimo de 58,9%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 133,3 milhões positivos, decorrentes da valorização de 16,5% do Real frente ao Dólar norte-americano ante despesa de R\$ 310,5 milhões no ano anterior.

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 417,4 milhões. Após a apropriação das despesas com Imposto de Renda, e com a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e a reversão de impostos diferidos, a Companhia encerrou o exercício de 2016 com Lucro Líquido de R\$ 305,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2016 e respectivas variações:

(Valores em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>Var %</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	504.029	548.553	-8,1%
Valores a receber.....	165.141	339.567	-51,4%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	77.702	4.236	1734,3%
Outros créditos.....	70.576	76.626	-7,9%
Despesas pagas antecipadamente.....	16.086	25.166	-36,1%
	<u>833.534</u>	<u>994.148</u>	<u>-16,2%</u>
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados.....	767.422	788.857	-2,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	799.535	869.431	-8,0%
Almoxarifado.....	6.977	28.467	-75,5%
Outros créditos.....	1.885	3.204	-41,2%
Despesas pagas antecipadamente.....	37.554	52.575	-28,6%
Ativo intangível.....	40.388	40.544	-0,4%
Ativo disponível para reversão.....	6.337.256	6.337.256	0,0%
Provisão ativo disponível para reversão.....	(4.387.826)	(4.387.826)	0,0%
Imobilizado.....	6.979.724	7.260.107	-3,9%
	<u>10.582.915</u>	<u>10.992.615</u>	<u>-3,7%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>11.416.449</u>	<u>11.986.763</u>	<u>-4,8%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015	Var %
CIRCULANTE			
Fornecedores.....	10.546	13.925	-24,3%
Empréstimos e financiamentos.....	186.817	206.736	-9,6%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	83.151	237.618	-65,0%
Tributos e contribuições sociais.....	21.074	56.586	-62,8%
Encargos setoriais.....	229.831	393.642	-41,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	156.167	42.463	267,8%
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	19.588	31.242	-37,3%
Outras obrigações.....	145.216	16.012	806,9%
	<u>852.390</u>	<u>998.224</u>	<u>-14,6%</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.....	381.577	675.973	-43,6%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	-	71.704	-100,0%
Encargos setoriais.....	11.192	20.658	-45,8%
Provisão para riscos legais.....	2.874.295	2.790.081	3,0%
Obrigações socioambientais.....	78.050	103.750	-24,8%
Outras obrigações.....	57.408	15.481	270,8%
	<u>3.402.522</u>	<u>3.677.647</u>	<u>-7,5%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5.975.433	5.975.433	0,0%
Reservas de capital.....	1.929.098	1.929.098	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(1.018.677)	(1.044.780)	-2,5%
Outros resultados abrangentes.....	(337.258)	(177.642)	89,9%
Reservas de lucros	612.941	628.783	-2,5%
	<u>7.161.537</u>	<u>7.310.892</u>	<u>-2,0%</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>11.416.449</u>	<u>11.986.763</u>	<u>-4,8%</u>

Em 2016, a redução verificada em Caixa a equivalentes de caixa decorre da redução de custos e endividamento, redução de margem na Operação das usinas de Ilha Solteira e Jupia, que até julho de 2015, era sob o regime de preços, e demais aspectos comentados nas variações do resultado da Companhia, na comparação com o exercício de 2015. Adicionalmente, em dezembro de 2016 foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio de R\$ 140 milhões.

A redução na rubrica valores a receber decorre do término da operação assistida e venda de energia pelo regime de cotas das usinas Ilha Solteira e Jupia, que ocorreu no período de 08.12.2015 até 30.06.2016.

O aumento verificado em tributos e contribuições compensáveis refere-se à créditos de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social e indicam que no exercício de 2016 a companhia recolheu esses tributos em valores maiores do que o devido, decorrente, principalmente, da baixa da Provisão para Contingências Trabalhistas (Acordo de Execução Judicial em Ação de Periculosidade), no valor de R\$ 169.903 mil, registrada no 4º trimestre de 2016. Esses valores serão compensados com tributos federais a partir da competência janeiro/2017.

A redução do Passivo Circulante deve-se principalmente: (i) fim da operação assistida de Ilha e Jupia em junho/2016, com a consequente redução de encargos setoriais; tributos e contribuições e folha de pagamento; (ii) amortizações de empréstimos e financiamentos, bem como do FIDC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento verificado em outras obrigações decorre, principalmente, do registro de R\$ 169.903 mil oriundo da rubrica provisões para riscos legais, em atendimento de decisão judicial para o pagamento em 15 parcelas de processo de natureza trabalhista sobre periculosidade. Abaixo demonstramos o impacto da referida movimentação em outras obrigações, no passivo circulante e não circulante:

Valores em R\$ mil					
	Saldo 31.12.2015	Parcelamento	Transferências	(-) Pagamentos	Saldo 31.12.2016
Circulante					
Acordo judicial periculosidade	-	-	148.247	(14.569)	133.678
Não Circulante					
Acordo judicial periculosidade	-	169.903	(148.247)		21.656
		169.903		(14.569)	155.334

Em 2015

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2015 e respectivas variações:

(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	2.950.982	4.699.251	-37,2%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica.....	(824.669)	(377.295)	118,6%
Custo com operação.....	(595.938)	(752.914)	-20,8%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	1.530.375	3.569.042	-57,1%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(214.657)	(210.127)	2,2%
Outras despesas operacionais.....	(232.305)	(602.021)	-61,4%
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(633.912)	(1.742.080)	-63,6%
	(1.080.874)	(2.554.228)	-57,7%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	449.501	1.014.814	-55,7%
Receitas financeiras.....	165.008	259.014	-36,3%
Despesas financeiras.....	(523.701)	(391.298)	33,8%
RESULTADO FINANCEIRO.....	(358.693)	(132.284)	171,2%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	90.808	882.530	-89,7%
Imposto de renda - corrente.....	(206.325)	(553.966)	-62,8%
Contribuição social - corrente.....	(80.585)	(205.537)	-60,8%
Imposto de renda diferido (ativo).....	(8.723)	(284.853)	-96,9%
Contribuição social diferida (ativo).....	(2.450)	(103.146)	-97,6%
Imposto de renda diferido (passivo).....	107.293	606.699	-82,3%
Contribuição social diferida (passivo).....	38.625	218.412	-82,3%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(152.165)	(322.391)	-52,8%
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(61.357)	560.139	-111,0%
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação.....	(0,19)	1,71	-111,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015, as receitas operacionais líquidas alcançaram R\$ 2.951 milhões, com redução de 37% em relação a 2014, resultado decorrente, principalmente, do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, dos efeitos do GSF e do término de contratos nos mercados livre e regulado.

O Custo com Operação reduziu-se em 20,8%, principalmente em decorrência da diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia. A Companhia calculou a depreciação dessas usinas até junho de 2015 e transferiu o valor residual contábil do Ativo Imobilizado para a conta de Ativo Disponível para Reversão. Houve, ainda, aumento nas rubricas Serviços de Terceiros e provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 2,2% e as Outras Despesas Operacionais reduziram 61,4% pelo menor registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ambiental, em contraposição ao aumento em provisão de ações cíveis.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas incluem, principalmente, a Provisão Ativo Contingente referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$ 580,8 milhões, de modo que o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 449,5 milhões, 55,7% abaixo do resultado de 2014.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 358,7 milhões negativos (aumento de 171,2%). As Receitas Financeiras tiveram redução de 36,3% e alcançaram R\$ 165 milhões, pela diminuição das disponibilidades aplicadas e consequente reflexo nos rendimentos de aplicações financeiras e pela atualização sobre compra de moeda estrangeira registrada em 2014. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 16,2%, totalizando R\$ 153,1 milhões. As Variações Monetárias líquidas refletiram a redução do endividamento em moeda nacional e encerraram o exercício em R\$ 60,1 milhões (decréscimo de 52,3%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 310,5 milhões, decorrentes da desvalorização de 47% do Real frente ao Dólar norte-americano.

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 90,8 milhões. Após a apropriação das despesas com Imposto de Renda, e com a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e a reversão de impostos diferidos, a Companhia encerrou o exercício de 2015 com Prejuízo de R\$ 61,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2015 e respectivas variações:

(Valores em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Var. %</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	548.553	2.427.852	-77,4%
Valores a receber.....	339.567	399.033	-14,9%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	4.236	4.473	-5,3%
Almoxarifado.....	28.467	34.788	-18,2%
Outros créditos.....	76.626	76.245	0,5%
Despesas pagas antecipadamente.....	25.166	6.194	306,3%
	<u>1.022.615</u>	<u>2.948.585</u>	<u>-65,3%</u>
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados.....	788.857	773.555	2,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	869.431	734.686	18,3%
Outros créditos.....	3.204	4.730	-32,3%
Despesas pagas antecipadamente.....	52.575	4.807	993,7%
Ativo intangível.....	40.544	9.355	333,4%
Ativo disponível para reversão.....	6.337.256	3.529.080	79,6%
Provisão ativo disponível para reversão.....	(4.387.826)	(1.811.718)	142,2%
Imobilizado.....	7.260.107	8.494.806	-14,5%
	<u>10.964.148</u>	<u>11.739.301</u>	<u>-6,6%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>11.986.763</u>	<u>14.687.886</u>	<u>-18,4%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014	Var. %
CIRCULANTE			
Fornecedores.....	13.925	16.853	-17,4%
Empréstimos e financiamentos.....	206.736	1.149.797	-82,0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	237.618	290.626	-18,2%
Tributos e contribuições sociais.....	56.586	50.030	13,1%
Encargos setoriais.....	393.642	240.568	63,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	42.463	405.385	-89,5%
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	31.242	30.194	3,5%
Outras obrigações.....	16.012	18.979	-15,6%
	<u>998.224</u>	<u>2.202.432</u>	<u>-54,7%</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.....	675.973	605.267	11,7%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	71.704	268.716	-73,3%
Entidade de previdência a empregados.....	-	131.891	-100,0%
Encargos setoriais.....	20.658	70.969	-70,9%
Provisão para riscos legais.....	2.790.081	2.660.866	4,9%
Obrigações socioambientais.....	103.750	101.192	2,5%
Outras obrigações.....	15.481	17.476	-11,4%
	<u>3.677.647</u>	<u>3.856.377</u>	<u>-4,6%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5.975.433	5.975.433	0,0%
Reservas de capital.....	1.929.098	1.929.098	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(1.044.780)	(970.052)	7,7%
Outros resultados abrangentes.....	(177.642)	(137.792)	28,9%
Reservas de lucros	628.783	656.738	-4,3%
Dividendos adicionais propostos.....	-	1.175.652	-100,0%
	<u>7.310.892</u>	<u>8.629.077</u>	<u>-15,3%</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>11.986.763</u>	<u>14.687.886</u>	<u>-18,4%</u>

Em 2015, a redução verificada em Caixa e equivalentes de caixa decorre, principalmente da liquidação das Notas de Médio Prazo em 15 de janeiro de 2015 e o pagamento de dividendos durante 2015.

Em 1 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2.027.810,00 mil como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015. Para a UHE Jupia, o Governo Federal considera que não há valor a indenizar.

Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão de R\$ 1.561.240.516,13.

Tendo em vista que o Poder Concedente já se manifestou formalmente quanto ao valor de indenização dessas usinas, estabelecido em apenas R\$ 2.028 mil, a Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu provisão para desvalorização desses ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798 mil, ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial, conforme abaixo demonstrado:

Composição do ativo disponível para reversão	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Ativo disponível para reversão.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Provisão para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Provisão ativo contingente (*).....	(379.464)	(201.334)	(580.798)
Total provisões.....	(2.036.948)	(539.160)	(2.576.108)
Ativo disponível para reversão (líquido).....	128.910	103.158	232.068

(*) Composição da provisão ativo contingente UHE's Ilha Solteira e Jupia	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Usina.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Provisão para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Subtotal.....	508.374	304.492	812.866
Portaria MME nº 458 de 01.10.2015.....	(2.028)	-	(2.028)
Modernização e melhoria Res. nº 596/2013 ANEEL.....	(126.882)	(103.158)	(230.040)
Subtotal.....	(128.910)	(103.158)	(232.068)
Provisão Ativo Contingente.....	379.464	201.334	580.798

Em 2014

A Receita Operacional Líquida de R\$ 4.856,0 milhões representou um crescimento de 24,4% sobre 2013, decorrente do crescimento das receitas operacionais de 2014 que alcançaram R\$ 5.463,6 milhões, com crescimento de 23,6% em relação a 2013, resultado obtido, principalmente, pela: (i) recolocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2013, denominados Produto 2006-2013; e (ii) liquidação de volumes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por força da quantidade descontratada e dos Preços de Liquidação das Diferenças – PLD's praticados em 2014, superiores aos de 2013.

O Custo com Operação reduziu-se em 10,1%, principalmente em decorrência da redução da despesa de depreciação pelo término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pelo regime de preço; a Companhia calculou a depreciação da usina até abril de 2013 e transferiu o valor residual contábil do ativo imobilizado para a conta de Ativo disponível para reversão, no ativo não circulante. Houve, ainda, reduções nas rubricas Entidade de previdência a empregados – CPC 33/IAS 19 e provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram-se em 11,4%, decorrente, principalmente, do decréscimo nas despesas com pessoal e serviços de terceiros.

As Outras Despesas Operacionais aumentaram pelo incremento em provisões para riscos legais de natureza trabalhista, em contraposição à reversão de provisão para perdas estimadas de créditos.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas aumentaram 4,9%. Apesar da pequena variação, esta rubrica recebeu os seguintes registros: i) em 2014 inclui principalmente, a Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment) referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$ 1.997,3 milhões; ii) em 2013 foi constituída provisão de R\$ 1.811,7 milhões (valor controverso), que ajustou o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor de indenização proposto pelo Poder Concedente referente à UHE Três Irmãos, até que ocorra o desfecho do processo.

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro alcançou R\$ 1.014,8 milhões, 496,1% acima do resultado de 2013.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 132,3 milhões negativos (redução de 68,7%). As Receitas Financeiras tiveram crescimento de 97,6% e alcançaram R\$ 259 milhões, pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras e atualizações sobre compras de moeda estrangeira. As despesas financeiras registraram redução de 29,5%, totalizando R\$ 391,3 milhões e refletiram a redução do endividamento da Companhia.

Diante dos fatos acima comentados, a Companhia registrou um Lucro antes dos Impostos de R\$ 882,5 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), relativos principalmente às UHE's Ilha Solteira e Jupiá, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com Lucro Líquido de R\$ 560,1 milhões.

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2014 e respectivas variações:

(Valores em milhares de reais)

	2014	2013	Var %
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	2.427.852	839.649	189,2%
Valores a receber.....	423.061	530.195	-20,2%
Provisão para perda estimada de créditos.....	(37.886)	(58.916)	-35,7%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	4.473	39.491	0,0%
Almoxarifado.....	34.788	34.964	-0,5%
Outros créditos.....	90.103	79.027	14,0%
Despesas pagas antecipadamente.....	6.194	6.989	-11,4%
	2.948.585	1.471.399	100,4%
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados.....	773.555	601.141	28,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	734.686	297.573	146,9%
Outros créditos.....	4.730	6.426	-26,4%
Despesas pagas antecipadamente.....	4.807	4.213	14,1%
Ativo disponível para reversão.....	1.717.362	1.717.362	0,0%
Imobilizado.....	8.504.161	11.076.739	-23,2%
	11.739.301	13.703.454	-14,3%
TOTAL DO ATIVO.....	14.687.886	15.174.853	-3,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Valores em milhares de reais)

	2014	2013	Var %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....	16.853	21.907	-23,1%
Empréstimos, financiamentos e FIDC.....	1.440.423	481.489	199,2%
Tributos, Taxas regulamentares/Encargos uso sistema.....	165.443	185.456	-10,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	405.385	402.162	0,8%
Obrigações c/folha de pagamento, socioambientais e outras.....	174.328	160.113	8,9%
	<u>2.202.432</u>	<u>1.251.127</u>	<u>76,0%</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e FIDC.....	873.983	2.065.748	-57,7%
Entidade de previdência a empregados.....	131.891	62.915	109,6%
Tributos, Taxas regulamentares/Encargos uso sistema.....	70.969	33.600	111,2%
Provisão para riscos legais.....	2.660.866	2.316.985	14,8%
Obrigações c/folha de pagamento, socioambientais e outras.....	118.668	127.092	-6,6%
	<u>3.856.377</u>	<u>4.606.340</u>	<u>-16,3%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5.975.433	5.975.433	0,0%
Reservas de capital.....	1.929.098	1.929.098	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(970.052)	531.519	-282,5%
Outros resultados abrangentes.....	(137.792)	66.579	-307,0%
Reservas de lucros	656.738	368.223	78,4%
Dividendos adicionais propostos.....	1.175.652	446.534	163,3%
	<u>8.629.077</u>	<u>9.317.386</u>	<u>-7,4%</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>14.687.886</u>	<u>15.174.853</u>	<u>-3,2%</u>

Em 2014, o aumento verificado em Caixa e equivalentes de caixa decorre da combinação do aumento em receitas, redução de custos e redução do endividamento, comentados nas variações do resultado da Companhia, na comparação com o exercício de 2013.

Para fins de cumprimento do CPC nº 01 a Companhia procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável (impairment) das usinas Ilha Solteira e Jupia no montante de R\$ 1.997.296, reduzindo o seu ativo imobilizado em contrapartida do resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais", conforme apresentado nos quadros abaixo:

	Em 31.12.2014		
	Ilha Solteira	Jupia	Total / Impairment
Valor de recuperação.....	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido.....	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
Impairment Contabilizado	(1.663.202)	(334.094)	(1.997.296)

Composição da provisão para redução ao valor recuperável de ativo	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.997.296	679.081	1.318.215
Provisão para impairment.....	1.997.296	679.081	1.318.215

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As variações verificadas nas rubricas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, Ativo Imobilizado e Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, são decorrentes dos lançamentos acima comentados.

Aproximadamente R\$ 1 bilhão que estava registrado no passivo não circulante na rubrica Empréstimos. Financiamentos e FIDC em 2013 referia-se ao Bônus Série 8, com vencimento em 15 de janeiro de 2015 e foi transferido para o passivo circulante no primeiro trimestre de 2014. Em 15 de janeiro de 2015, utilizando-se da geração de caixa operacional, a Companhia resgatou a totalidade de suas Notas de Médio Prazo - Bônus Série 8, conforme descrito em Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia foi obtida principalmente com a venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de Fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços. Com o fim das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia em julho de 2015, a Companhia passou a opera-las no regime de cotas até junho de 2016. Em 2016 a companhia foi impactada pela aplicação do Fator GSF - Generation Scaling Factor, refletindo redução da produção hidráulica e incremento da geração térmica.

O faturamento da CESP, em 2016, foi de R\$ 2.052,8 milhões redução de 41,8% em relação ao faturamento de R\$ 3.526,1 milhões em 2015. Em 2014, foi de R\$ 5.480,6 milhões, conforme quadro a seguir, em R\$ mil:

Receita Operacional	2014	2015	2016
Fornecimento de energia elétrica	1.080.326	1.027.488	560.777
Suprimento de energia elétrica - Contratos	1.118.050	997.781	474.979
Suprimento de energia elétrica - Leilões	1.515.503	805.419	576.547
Energia elétrica de curto prazo	1.687.003	365.695	48.261
Suprimento de energia regime de cotas	71.153	320.975	385.342
Outras Receitas	8.599	8.772	6.875
TOTAL	5.480.634	3.526.130	2.052.781

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**Em 2016:**

A Companhia passou a registrar desde o fim das concessões de Ilha Solteira e Jupia, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupia, fato ocorrido desde 07 de julho de 2015 até 30 de junho de 2016.

Em 2016 a Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (Generation Scaling Factor) a uma média anual de 0,869, que refletindo na redução da garantia física de geradores hidráulicos do país inclusive para a CESP.

Nestes termos, as receitas operacionais de 2016 alcançaram R\$ 2.052,8 milhões, com redução de 41,8% em relação a 2015, resultado decorrente, principalmente, do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, dos efeitos do GSF e do término de contratos nos mercados livre e regulado.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 384,2 milhões, redução de 33,2% em relação a 2015, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.668,6 milhões, com decréscimo de 43,5% sobre 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 785,0 milhões, redução de 44,7% em comparação com o exercício de 2015, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica reduziu, principalmente, devido à redução da rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda pontual em 2015, para o equilíbrio do balanço energético do exercício após o término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, e redução em Encargos do Sistema de Transmissão com o fim da operação assistida de Ilha Solteira e Jupia em junho de 2016.

O Custo com Operação reduziu-se em 34,7%, principalmente em função da: (i) diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia (apropriada até junho de 2015); (ii) redução de despesas com a transferência pessoal de Ilha Solteira e Jupia para o novo operador; (iii) redução nas rubricas de Materiais e Serviços de Terceiros.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 883,6 milhões no exercício de 2016, representando redução de 42,3% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziu-se em 9,1% e as Outras Despesas Operacionais aumentaram 35,9% pelo maior registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ações cíveis

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas reduziu 85,7% em relação a 2015, que incluía Provisão não recorrente de Ativo Contingente no valor de R\$ 580,8 milhões, referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia,. Assim em 2016, o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 282,2 milhões, 37,2% abaixo do resultado de 2015.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais, totalizou R\$ 911,7 milhões, representando redução de 47,6% quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 135,2 milhões positivos (R\$ 358,7 milhões negativos em 2015, Nota 28). As Receitas Financeiras tiveram redução de 38,7% e alcançaram R\$ 101,1 milhões, principalmente, pela diminuição em rendimentos de aplicações financeiras pela redução das disponibilidades e aplicações. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 51,3%, totalizando R\$ 74,6 milhões, refletindo a redução do endividamento em moeda nacional, assim como as Variações Monetárias Líquidas, que encerraram o exercício em R\$ 24,7 milhões (decrécimo de 58,9%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 133,3 milhões positivos, decorrentes da valorização de 16,5% do Real frente ao Dólar norte-americano ante despesa de R\$ 310,5 milhões no ano anterior.

Em 2015:

Com a implantação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico em 2015, a Companhia efetuou alterações na apresentação da demonstração de resultado, da seguinte forma: i) Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico – TFSE e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de Despesa Operacional para Dedução à Receita Operacional; e ii) As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de desapropriações – empresas cindidas – foram reclassificadas de Outras (Despesas) Receitas Líquidas para Provisões Operacionais.

Em decorrência do término da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia em 07 de julho de 2015, a Companhia passou a registrar, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupia, a partir de 08 de julho de 2015. A CESP terá a receita pelo Regime de Cotas até 30 de junho de 2016, período da denominada “operação assistida”, quando o novo concessionário deverá assumir a operação.

Em 2015 a Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (Generation Scaling Factor) a uma média anual de 0,843. Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país. No caso da CESP, significou expressiva redução nos volumes de energia descontratada liquidados na CCEE, situação acentuada pela decisão da ANEEL de reduzir o teto do PLD a partir de janeiro de 2015.

Nestes termos, as receitas operacionais de 2015 alcançaram R\$ 3.526,1 milhões, com redução de 35,7% em relação a 2014, resultado decorrente, principalmente, do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, dos efeitos do GSF e do término de contratos nos mercados livre e regulado.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 575,1 milhões, redução de 26,4% em relação a 2014, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 2.951 milhões, com decréscimo de 37,2% sobre 2014.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.420,6 milhões, aumento de 25,7%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica cresceu, principalmente, devido à rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda, decorrente da celebração de contratos para o equilíbrio do balanço energético do exercício após o término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia e aumento em Encargos do Sistema de Transmissão pelo reajuste das tarifas em 2015.

O Custo com Operação reduziu-se em 20,8%, principalmente em decorrência da diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia. A Companhia calculou a depreciação dessas usinas até junho de 2015 e transferiu o valor residual contábil do Ativo Imobilizado para a conta de Ativo Disponível para Reversão. Houve, ainda, aumento nas rubricas Serviços de Terceiros e provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 1.530,4 milhões no exercício de 2015, representando redução de 57,1% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 2,2% e as Outras Despesas Operacionais reduziram 61,4% pelo menor registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ambiental, em contraposição ao aumento em provisão de ações cíveis.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas incluem, principalmente, a Provisão Ativo Contingente referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$ 580,8 milhões, de modo que o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 449,5 milhões, 55,7% abaixo do resultado de 2014.

O EBITDA Ajustado pela provisão Ativo Contingente referente às UHEs Ilha Solteira e Jupia e provisões para riscos legais, totalizou R\$ 1.739,6 milhões, representando redução de 56,7% quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 358,7 milhões negativos (aumento de 171,2%). As Receitas Financeiras tiveram redução de 36,3% e alcançaram R\$ 165 milhões, pela diminuição das disponibilidades aplicadas e consequente reflexo nos rendimentos de aplicações financeiras e ganho de atualização sobre compra de moeda estrangeira registrada em 2014. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 16,2%, totalizando R\$ 153,1 milhões. As Variações Monetárias líquidas refletiram a redução do endividamento em moeda nacional e encerraram o

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

exercício em R\$ 60,1 milhões (decréscimo de 52,3%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 310,5 milhões, decorrentes da desvalorização de 47% do Real frente ao Dólar norte-americano.

Em 2014:

As receitas operacionais alcançaram R\$ 5.463,6 milhões, com crescimento de 23,6% em relação a 2013, resultado obtido, principalmente, pela (i) recolocação, no mercado livre, a preços melhores, de parte dos volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos no leilão de dezembro de 2004 em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2013, e (ii) pela liquidação, na CCEE, de parte dessa energia (descontratada) a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD's, praticados em 2014.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.270 milhões, com redução de 5,9%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica teve aumento de 1,2% quando comparado com 2013, variação resultante principalmente por reajuste das tarifas de Uso do Sistema de Transmissão em 8,3%, compensada com a redução da quantidade de energia produzida pela Companhia em 2014, que reduziu em 14,2% as despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

O Custo com Operação foi reduzido em 10,1%, principalmente, em decorrência da depreciação, pelo término da exploração econômica pelo regime de preço da UHE Três Irmãos, a partir de abril de 2013. Houve reduções na constituição de provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA, e Despesas com Entidade de Previdência Privada.

Tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorrerá o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia está apurando os valores que poderão ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhece detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não recebeu resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (deemed cost ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está mantendo na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica “outras despesas operacionais” (Nota 24.2 das Demonstrações Financeiras).

O Resultado Financeiro registrou R\$ 132,3 milhões negativos (queda de 68,7%). As Receitas Financeiras tiveram crescimento de 97,6% e alcançaram R\$ 259,0 milhões, pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras e atualizações sobre compras de moeda estrangeira. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 29,5%, totalizando R\$ 182,7 milhões. As Variações Monetárias e Cambiais líquidas sofreram uma redução de 29,1%, totalizando R\$ 208,6 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia possui contratos de suprimento (venda a Revendedores) e fornecimento de energia elétrica (venda a Consumidores Livres) de longo prazo, a maior parte indexada ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC-A e sofre a variação desse indicador.

Em 2016, a CESP comercializou em contratos 1.030 MW médios, o que significou uma redução de 49,9% em relação ao ano de 2015, decorrente, principalmente pelo término da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia pelo regime de preço, em 30 de junho de 2015. Contribuíram para esse resultado a adequação da carteira de contratos da Companhia, juntamente com as condições do mercado e condições hidrológicas do sistema.

As condições hidrológicas desfavoráveis fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia fossem despachadas de modo a gerar abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, fenômeno representado comercialmente pelo GSF – Generation Scaling Factor. Com isso, os geradores do MRE arcaram com o déficit entre geração e garantia física, que é valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e taxas de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2016, a valorização do Real foi de 16,5% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de receita de variações cambiais em R\$ 133,3 milhões.

Em 2015, a desvalorização do Real foi de 47,0% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais em R\$ 310,5 milhões.

Em 2014, a desvalorização do Real foi de 13,39% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais em R\$ 82,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Por decisão do Poder Concedente, em 08 de julho de 2015 a Companhia deixou de operar comercialmente a Usina de Ilha Solteira e Jupia, passando a prestar o serviço de operação e manutenção em caráter provisório destas usinas, recebendo apenas a Receita Anual de Geração – RAG, que em 2015 foi de R\$ 320,9 milhões. Esta situação perdurou até o fim do primeiro semestre de 2016, com receita de R\$ 385 milhões em 2016.

Por decisão do Poder Concedente, em abril de 2013 a Companhia deixou de operar comercialmente a Usina Três Irmãos. Passou a prestar provisoriamente serviços de operação e manutenção daquela usina, recebendo apenas a Receita Anual de Geração – RAG, que em 2014 foi de R\$ 71,2 milhões.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOA Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOA Participações.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve eventos dessa natureza.

c. Eventos ou operações não usuais

Considerando que o Poder Concedente já se manifestou formalmente quanto ao valor de indenização das usinas Ilha Solteira e Jupia, estabelecido em apenas R\$ 2.028 mil, a Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu provisão para desvalorização desses ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798 mil, ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 688/2015 visando à repactuação do risco hidrológico, convertida na Lei nº 13.203/2015, a CESP aderiu à repactuação do risco hidrológico para a parcela de sua energia comercializada no ACR para a qual, mediante pagamento de prêmio, estará protegida de riscos hidrológicos até o ano de 2028, quando ocorrerá o final da atual concessão da UHE Porto Primavera. O efeito dessa repactuação resultou em redução de custo com compra de energia elétrica na CCEE em 2015 de R\$ 155 milhões para R\$ 52 milhões

Em 2014, considerando o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, em 7 de julho de 2015, e a incerteza quanto ao valor das indenizações, a Administração, apenas para fins do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está procedendo à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296, sujeito a discussão futura, sendo este valor registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais", afetando o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.{veja item 10.1" a" (ii)}

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2016 e 2015, não houve mudanças significativas nas práticas em relação às que já foram adotadas em 2014.

Exercício de 2013

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma, na Companhia, são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Nos exercícios de 2012 e 2011, não houve mudanças de práticas em relação às que já foram adotadas em 2010.

Em 2010, as demonstrações contábeis da CESP foram pela primeira vez elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no processo de convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado – A Companhia optou pela adição do custo atribuído do ativo imobilizado, ajustando os saldos de abertura na data de transição, em 01.01.2009 pelos seus valores justos estimados (custo de reposição depreciado) por avaliadores independentes, com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por usina, considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia.

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável (*impairment*), considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros e indenização (com base

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

no custo de reposição depreciado), calculadas até o final da concessão. Dada a operação em conjunto (complexo), as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas uma única unidade geradora de caixa.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Em 2013, a Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras de 2012 para permitir adequada comparação com o exercício de 2013, em decorrência das alterações introduzidas pelo CPC 33 (Revisão 1) Benefícios a Empregados. A rubrica Entidade de previdência a empregados – CPC 33/IAS19 de 2012 apresenta, agora, receita de R\$ 14,1 milhões ante despesa de R\$ 342,2 milhões na demonstração de resultado originalmente divulgada em 2012. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O efeito da adoção do custo atribuído para as usinas, em 01.01.2009, promoveu um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553 milhões, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo) no valor de R\$ 1.208 milhões e conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de R\$ 2.345 milhões. A parcela de depreciação anual das usinas antes da adoção das novas práticas contábeis, da ordem de R\$ 480 milhões, para aproximadamente R\$ 781 milhões até 2012, sendo de R\$ 681 milhões em 2013. A depreciação sobre o ajuste das novas práticas contábeis não resulta em efeitos na base de distribuição de dividendos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não consta parágrafo de ressalvas e/ou ênfases nos últimos 5 exercícios, com exceção do parecer do exercício de 2012 que apresenta parágrafo de ênfase, a respeito da incerteza relacionada à continuidade da operação da Usina de Três Irmãos e aos critérios utilizados para determinar o valor de indenização das usinas hidroelétricas ao término das concessões.

O evento que mais impactou a CESP e o setor de energia elétrica no exercício de 2012 foi a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, com vencimento em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial (“PI”) 580, o Ministério de Minas e Energia (“Poder Concedente”), informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 14 de novembro de 2012, a Companhia protocolou um pedido de esclarecimentos junto ao Poder Concedente, para obter informações, dentre outras, sobre os critérios utilizados para a determinação do valor de indenização mencionado.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP 579 e esta posição foi formalizada

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

pela Companhia em 04 de dezembro de 2012. Com essa decisão, a CESP continuou a operar as usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão (julho/2015). A usina Três Irmãos, que tinha sua operação conjunta com a de Ilha Solteira, foi operada pela CESP até decisão do Poder Concedente.

Não houve resposta por parte do Poder Concedente até o encerramento das Demonstrações Financeiras de 2012, portanto o valor de indenização utilizado para fins de análise de “*impairment*” à época, era a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Parcela representativa das demonstrações financeiras é apurada e registrada com base em taxas de câmbio, preços, índices de atualização e taxas de juros.

No caso de estimativas para o registro de valores, estas se resumem à Provisão para Riscos Legais, que são periodicamente revisadas pelo Departamento Jurídico interno (e por assessores jurídicos externos, quando julgado necessário), quanto a valores pleiteados e grau de risco de perda “remoto”, “possível” e “provável”, para fins de reconhecimento e/ou divulgação em nota explicativa de ITRs ou DFs.

No caso de Plano de Pensão, o ganho ou perda calculado por atuário independente é reconhecido imediatamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

No teste do valor recuperável dos ativos – impairment, o valor de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável, considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros e indenização (com base no valor novo de reposição, elaborado por empresa especializada, depreciado pelas taxas da ANEEL), calculados até o final da concessão, exceto a usina de Três irmãos, cuja concessão venceu em 18/11/2011, para a qual não foi considerado no cálculo do valor recuperável o fluxo de caixa futuro das operações. Com a publicação da Portaria MME nº 32, de 05/03/2013, as usinas Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas unidades geradoras de caixa independentes, deixando de ser tratadas como um Complexo.

Para apuração e registro de créditos fiscais, são elaboradas as melhores estimativas da Administração, com as correspondentes projeções de resultados para fins de determinação do valor presente do lucro tributável futuro, no horizonte exigido de 10 anos (Instrução CVM nº 371/2002), que determina o montante a ser reconhecido.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas. Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.255.434 mil de prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social, diferenças intertemporais e ajuste do imobilizado – custo atribuído (ICPC 10). Foi constituída provisão de R\$ 2.455.899 mil, pois os referidos créditos somente podem ser registrados, suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos. Há mais informações sobre os créditos fiscais na Nota Explicativa Nº 12 das Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Conforme comentado no item 10.6 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas, incluindo a menção sobre os prazos de concessão das usinas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Os investimentos realizados nos últimos anos visaram sobretudo ao programa de manutenção do parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos. O valor investido no ativo imobilizado e intangível em 2016 foi de R\$ 13.365 mil.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A Companhia dispõe de Recursos próprios para aplicação em projetos, nos quais pretende ter participação minoritária. Dependendo dos projetos, estes poderão ser financiados por instituições financeiras privadas e governamentais, geralmente da ordem de até 70%.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A CESP iniciou o ano de 2013 sob os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupiá, vencíveis em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá até o termo final da concessão, o que se dará em julho de 2015.

Poder Concedente tomou providências no sentido de reverter a concessão da UHE Três Irmãos a favor da União, passando a operá-la temporária e provisoriamente no regime de cotas em 18 de abril de 2013.

Em 28 de março de 2014 ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas.

Nos termos do Contrato de Concessão da CESP, extinta a concessão, a Companhia tem direito de ser indenizada pelos ativos ainda não amortizados.

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização para a UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362 e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição também ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOA Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOA Participações.

Em 1º de outubro, a CESP assinou com a TIJOA Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo foi viabilizar a assunção, pela TIJOA, da operação completa, de forma ordenada.

Ao final de 2014, tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorreria o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia estava apurando os valores que poderiam ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhecia detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não havia recebido resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não havia razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (deemed cost ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, manteve na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica “outras despesas operacionais” (Nota 24.2 das Demonstrações Financeiras).

Em 01 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, que definiu o valor aproximado de R\$ 2 milhões como indenização para a UHE Ilha Solteira, referenciados a preços de junho de 2015. Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado desses ativos de R\$ 1.561 milhões. A Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu provisão para desvalorização das duas usinas (Ativo Contingente), no valor de R\$ 580 milhões ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há definição de aquisição de outros ativos.

c. Novos produtos e serviços.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os projetos de P&D iniciados em 2016 tiveram como temas de investimentos Fontes Alternativas de Geração e Meio Ambiente.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2016 foram iniciados 2 novos projetos de P&D, cujo investimento total será de R\$ 5.672.282,42, até dezembro/16 nestes projetos foram investidos o montante de R\$ 1.823.467,24.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos de investimentos vigentes e iniciados até dezembro/16 tiveram como principais temas de investimentos Fontes Alternativas de Geração, Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica e Meio Ambiente.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os projetos de P&D vigentes e iniciados até dezembro/16 perfazem o total de 15, com investimento total previsto de R\$ 114.339.124,70. Nestes projetos foram investidos o montante de R\$ 19.597.366,77 até dezembro/16.

Os projetos de P&D iniciados em 2016 tiveram como temas de investimentos o Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica e a Operação de Sistemas de Energia Elétrica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.